

SUMÁRIO EXECUTIVO

COERÊNCIA EDUCACIONAL

DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL À LUZ DA BNCC E DAS DCNEI

Caroline Falco Fernandes Valpassos

MOVIMENTO PELA BASE

COERÊNCIA EDUCACIONAL DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL À LUZ DA BNCC E DAS DCNEI

Caroline Falco Fernandes Valpassos

Caroline Falco Fernandes Valpassos é doutora em Educação (USP) e pós-doutora em Política Social (UnB). Professora da UFES e consultora em políticas públicas educacionais, atua em pesquisa, formação e assessoria técnica em Educação Infantil, currículo, implementação da BNCC e gestão educacional.

1. OBJETIVO DO ESTUDO

Analisar o grau de coerência das principais políticas, programas, formações e diretrizes nacionais da educação infantil em relação aos fundamentos estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI – 2009) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC – 2017).

- A análise buscou verificar em que medida os documentos:
- Incorporam a concepção de criança como sujeito de direitos;
- Reafirmam a identidade própria da educação infantil;
- Dialogam com os eixos estruturantes (interações e brincadeiras);
- Explicitam os direitos de aprendizagem e os campos de experiência;
- Garantem a coerência entre o desenho normativo e a prática pedagógica.

2. METODOLOGIA

A investigação foi conduzida com uma abordagem analítico-comparativa, estruturada em três elementos centrais: eixos de análise, dimensões analíticas e escala de coerência.

A) EIXOS DOCUMENTAIS

Foram analisados 14 documentos/programas nacionais vigentes, organizados em quatro eixos.

Eixos de Referência e Análise

EIXO 1

FORMAÇÃO



Documentos de formação inicial e continuada para profissionais.

- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura 2006
- Cursos AVAMEC correlatos à BNCC
- Especialização em Docência na Educação Infantil 2025
- Curso Técnico de Formação de Auxiliar de Docência de Educação Infantil 2025

EIXO 2

PROGRAMAS



Iniciativas que incidem diretamente no cotidiano das instituições

- Programa Primeira Infância na Escola 2022
- Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2024
- Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (Pro-LEEI)
- Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil

EIXO 3

POLÍTICA



Documentos sistêmicos de regulação e articulação nacional (interfederativa).

- Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil (CONAQUEI) - 2025
- Política Nacional Integrada da Primeira Infância - 2025-2026
- SAEB EI (Programa de Avaliação da Educação Básica - Educação Infantil)

EIXO 4

DIRETRIZES CONCEITUAIS E OPERACIONAIS



Parâmetros, indicadores e orientações que traduzem concepções em critérios de qualidade

- Indicadores da Qualidade na Educação Infantil
- Diretrizes Operacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil 2024
- Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil 2024

B) DIMENSÕES

Esses documentos foram analisados considerando quatro dimensões e seus respectivos critérios de análise:

DIMENSÃO 1

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

- ✓ Criança
- ✓ Educação Infantil
- ✓ Princípios
- ✓ Diversidade



DIMENSÃO 2

CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

- ✓ Proposta
- ✓ Avaliação
- ✓ Intencionalidade



DIMENSÃO 3

EIXOS ESTRUTURANTES

- ✓ Interações
- ✓ Brincadeiras
- ✓ Direitos
- ✓ Campos de experiência



DIMENSÃO 4

TRANSIÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL - ENSINO FUNDAMENTAL

- → Educação Infantil
- → Ensino Fundamental



C) ESCALA DE COERÊNCIA

Os documentos foram avaliados em uma escala de coerência de 0 a 4, o que permitiu identificar diferentes níveis de alinhamento entre os referenciais normativos e as práticas orientadas pelas políticas.

Escala de Coerência

Utilizada para qualificar o nível de alinhamento entre os documentos analisados e os referenciais normativos (DCNEI e BNCC)
A escala vai de:

0	1	2	3	4
INCOERENTE	BAIXA COERÊNCIA	COERÊNCIA PARCIAL/ INDIRETA	COERÊNCIA CONSISTENTE	ALTA COERÊNCIA

3. RESULTADOS

3.1. ACHADO CENTRAL

Não há incoerência explícita com a BNCC ou com as DCNEI nos documentos analisados, uma vez que nenhum documento pontuou 0 na escala de coerência em nenhuma das dimensões. Contudo, observa-se uma variação significativa no nível de alinhamento aos conceitos fundamentais da BNCC e da DCNEI, bem como no grau de explicitação pedagógica.

3.2. CONVERGÊNCIAS IDENTIFICADAS

As políticas analisadas demonstram um processo de amadurecimento conceitual, especialmente nos documentos mais recentes, e um maior alinhamento normativo em torno dos fundamentos da Educação Infantil presentes nos DCNEIs e na BNCC.

- **Consolidação da Educação Infantil como primeira etapa** da Educação Básica, com superação de perspectivas assistencialistas.
- **Valorização do desenvolvimento integral,** articulando as dimensões cognitivas, sociais, emocionais, culturais e corporais.
- **Incorporação crescente da equidade e da diversidade** como princípios estruturantes.
- **Reconhecimentos das interações e das brincadeiras** como bade do trabalho pedagógico.
- **Consolidação da avaliação** como processo não classificatório.
- **Compromisso com a melhoria da qualidade da oferta,** incluindo formação financiamento e monitoramento.



3.3. LACUNAS ESTRATÉGICAS

LACUNA	CAUSA	IMPLICAÇÃO
Direitos de aprendizagem pouco estruturados	Os direitos aparecem de forma indireta ou diluida não são utilizados como eixo organizador das propostas	Perda de centralidade no currículo e fragilização da intencionaidade pedagógica
Campos de experiênci pouco explicitados como organizadores curriculares	Predominam como referência conceitural, sem operacionalização clara nas ações e nos programas	Risco de fragmentação das práticas e enfraquecimento da organização curricular própria da Educação Infantil
Fragilidade na transição EI - Ensino Fundamental	Ausência de estratégias detalhadas, registros e orientações para articulação entre etapas	Descontinuidade pedagógica e possibilidade de ruptura na trajetória das crianças
Avaliação pouco detalhada em alguns programas	Falta de orientações sobre observação, registro e documentação pedagógica	Redução da avaliação a procedimentos brurocráticos ou pouco formativos
Articulação desigual com famílias e redes de proteção	Presença mais forte em políticas sistêmicas, mais baixa incorporação em programas operacionais	Fragilização da abordagem integral da criança e menor efetividade da proteção e do cuidado

Apesar da coerência geral, persistem fragilidades estruturais na articulação entre as DCNEIs e a BNCC nos documentos analisados.

6. DOCUMENTOS COM MAIOR GRAU DE COERÊNCIA

OS MAIS ELEVADOS NÍVEIS DE ALINHAMENTO CONCEITUAL E OPERACIONAL FORAM IDENTIFICADOS EM:

- Diretrizes Operacionais de Qualidade e Equidade (2024)
- Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade (2024)

Esses documentos apresentam:

- Concepção estruturada de criança
- Indissociabilidade entre educar e cuidar
- Interações e brincadeiras como eixo organizador
- Orientações operacionais com a BNCC e articulações entre fundamentos e prática

Também se destacam como boas práticas:

SAEB 2025
Avaliação com foco na qualidade da oferta

PNDL Educação Infantil 2024
Valorização da diversidade e mediação qualificada

7. RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS

Atualmente, o Brasil apresenta um conjunto de políticas e diretrizes que não contradizem os fundamentos da BNCC e das DCNEI. Portanto, o desafio principal não é corrigir incoerências, mas avançar da coerência normativa à coerência pedagógica efetiva. Assim, recomenda-se:

1	**Tornar estruturante a incorporação dos direitor de aprendizagem.** Organizar programas e formações com base explicita nos seis direitos.
2	**Consolidar os campos de experiencia como eixo organizador**. Superar as menções conceituais e adotá-las como referência curricular explícita.
3	**Fortalecer a dimensão da transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.** Estabelecer protocolos claros de continuidade pedagógica, de síntese qualitativa e de articulação entre equipes.
4	**Aprofundar a avaliação processual.** Detalhar orientações sobre observação, registro, documentação pedagógica e devoluticas às famílias.
5	**Integrar o currículo e a diversidade de forma estruturada.** Avançar na incorporação de perspectivas antirracistas, inclusivas e interculturais.
6	**Qualificar a articulação intersetorial.** Garantir que as políticas integradas de primeira infância preservem a indentidade pedagógica da etapa.
7	**Tornar mais explicitos os fundamentos pedagógicos.**
8	**Consolidar os direitos de aprendizagem como eixo estruturante.**
9	**Garantir maior integração entre normatização, formação e prática.**

O sistema avançou em conformidade com a normativa. O próximo passo é consolidar a coerência pedagógica.